

# Natureza, que beleza! Vai acabar?

A questão ambiental como força política organizada não faz parte da realidade apenas dos países desenvolvidos. Prova da mobilização popular em torno da proteção do meio ambiente como definidora do próprio futuro da nação é, por exemplo, a apresentação de emenda popular defendendo o desarmamento nuclear e o uso pacífico dessa forma de energia. Além disso, é bom lembrar a participação do Partido Verde na disputa pelo governo do Rio de Janeiro, ou mesmo a eleição do constituinte Fábio Feldmann, do PMDB de São Paulo, mas que teve como plataforma a defesa da natureza.

Mas se o movimento ecológico ganhou espaço na campanha eleitoral do ano passado, vejamos como a questão está sendo tratada dentro da Constituinte através do depoimento de alguns parlamentares. Para o constituinte Paulo Ramos, do PMDB do Rio de Janeiro, por exemplo, o país dispõe de uma ampla legislação sobre o assunto, mas não há um mínimo de respeito para com o meio ambiente, por falta de uma consciência plena por parte expressiva da sociedade brasileira. As autoridades, por sua vez, segundo o parlamentar carioca, que deveriam buscar o cumprimento desta legislação são coniventes com a devastação. O Brasil, assim, nas palavras de Paulo Ramos, caminha para a autodestruição, com florestas destruídas e o avanço da poluição como em Cubatão, a Baía de Guanabara e o bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

A nova Constituição, para Paulo Ramos, vai tratar de forma adequada a questão, mas afirmou que não basta um compromisso formal, "o governo deve desenvolver uma ampla campanha de conscientização da sociedade para que esta se envolva em apoio efetivo para a preservação do meio ambiente". Mesmo assim, Paulo Ramos acredita que o tema da preservação não tem sido objeto de muita polêmica dentro da Constituinte, o que, no seu entender, reflete a opinião de muitos de que esta é uma questão secundária.

A realidade do país, entretanto, lembra Paulo Ramos, já dá mostras da destruição do meio ambiente através do estímulo dado pelo modelo econômico, onde o Brasil se assume como uma reserva de recursos naturais dos países desenvolvidos. O parlamentar lembrou o fato de grandes jazidas brasileiras estarem sob o domínio de empresas estrangeiras e citou como exemplo o descaso que as multinacionais têm pelo país o episódio recente em que a Volkswagen, detentora de vasta propriedade na região amazônica, fez uma queimada de tal vulto que chegou a ser registrada por satélites. Tudo

isso, diz Paulo Ramos, a fim de preparar o solo para as pastagens, caminho certo para a desertificação da região.

Já o constituinte Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, acredita que é possível conciliar o desenvolvimento com a preservação do ecossistema e, neste caso, a nova Constituição deve, em seu modo de ver, garantir a existência de mecanismos de defesa do patrimônio ecológico, com fórmulas que permitam o desfrute dos recursos minerais, sem que isso implique necessariamente em prejuízo ou destruição da fauna e da flora.

Roberto Cardoso Alves acredita também ser importante a preservação de áreas específicas dentro do território nacional que se constituiriam em "verdadeiros santuários da vida animal e da preservação de espécies vegetais". Sobre a possibilidade de serem instituídos os crimes contra a natureza, o parlamentar paulista é direto e ressalta que "todo ato de crueldade deve ser criminalizado e o direito penal brasileiro crimi-

naliza, inclusive, a violência contra a coisa ao instituir o crime de dano". E conclui perguntando: "Como deixar de criminalizar um ato de violência praticado contra um ser vivo".

A fúria com que tem sido devastado o meio ambiente no país também encontra no constituinte Gerson Peres, do PDS do Pará, um defensor de que a nova Constituição deva criar normas que permitam deter essa devastação e garantir a preservação da ecologia para o bem-estar da própria humanidade.

Gerson Peres, do PDS paraense, propõe dois tipos de zoneamento para a questão ambiental. Primeiramente, um zoneamento do tipo físico, através da determinação de locais onde serão estabelecidas as reservas naturais. O parlamentar lembrou, como

exemplo, a Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, onde, segundo ele, existe uma reserva de 18 km de extensão. Soluções como essa, no seu entender, deveriam ser adotadas nas cidades de maior porte. "Isso sem contar com a preservação de bosques e fontes naturais já existentes no interior dos núcleos urbanos".

O segundo tipo de zoneamento proposto por Gerson Peres diz respeito à legislação do meio ambiente, que deve ser amplamente reformulada. O parlamentar cita exemplos como a exploração mineral, que, da forma como vem sendo feita no país, contribui enormemente para a poluição dos rios e córregos. Essa poluição, continua Gerson Peres, traz prejuízos diretos para o homem, sejam na forma de deformidades físicas ou em atividades econômicas, tais como a pesca. Outra alteração importante, no seu ponto de vista, é a que permita um controle ainda na fase de implantação dos projetos industriais, aliado a uma eficiente fiscalização das leis de proteção.

O líder do PTB, constituinte Gastone Righi, de São Paulo, vê com otimismo o projeto constitu-

cional no caso do meio ambiente. Para o parlamentar, se os artigos pertinentes à questão forem aprovados, o Brasil terá a legislação mais avançada do mundo no trato da questão ambientalista.

Gastone Righi analisa também a proposta de limitação do uso da energia nuclear. A proposição que não foi incluída no texto do projeto, segundo ele, apresentava falhas. Por exemplo, exigia, para a implantação de uma usina nuclear, um plebiscito entre a população de usinas fique subordinada antes ao Congresso Nacional, que, de acordo com Gastone Righi, é o fórum maior onde estarão parlamentares de todos os recantos do país e não apenas a população, que pode votar mais na criação de empregos que na avaliação do impacto ambiental da medida.

Gastone Righi acha que não se deve colocar muitas amarras na determinação do uso da energia nuclear, pois um avanço tecnológico futuro que permita uma utilização menos danosa dessa forma de energia encontraria uma norma rígida a impedir o seu aproveitamento pleno.



## Uma capital gramada que não respeita o seu verde

Em torno da Assembléia Nacional Constituinte está Brasília. Uma cidade que, segundo dados do próprio governo do Distrito Federal, é a possuidora da maior área verde por habitante no mundo. Mas nem por isso Brasília deixa de ter seus problemas, pois o respeito ao verde ainda não está incluído no dia-a-dia de sua população.

Um caso corriqueiro é a invasão dos gramados, que são literalmente destruídos em muitos pontos, por carros, caminhões e motocicletas. Os moradores do bloco A, da Superquadra Sul 111, por exemplo, tentaram, durante algum tempo, entrar em contato com as autoridades para evitar o tráfego de veículos sobre a grama. Foram ao DETRAN, mas de lá foram mandados para o Serviço de Par-

ques e Jardins; da Secretaria de Serviços Públicos do GDF. Do Serviço de Parques e Jardins, entretanto, foram devolvidos para o DETRAN e nesse vaivém, os veículos continuam invadindo a área verde.

Outro exemplo de descaso é o do Jardim Botânico de Brasília. A área de mais de cinco mil hectares conta apenas com cinco funcionários. Agora, com a umidade relativa do ar no Distrito Federal a níveis muito baixos, os incêndios são constantes e o número de funcionários é insuficiente para uma ação rápida. O resultado pode ser visto nos últimos anos em que incêndios destruíram mais da metade da área do Jardim Botânico. Um dos incêndios verificados na área este ano, aliás, começou dentro da área reservada para a Caesb — Compa-

nhia de Água e Esgotos de Brasília —, que retira água de veios subterrâneos, o que comprometeria o nível do curso d'água que cruza o Jardim Botânico.

Por outro lado, a população também interfere nessa reserva. Segundo informou funcionário que ali trabalha, várias vezes empregados da CAESB foram obrigados a retirar pessoas que estavam acampando no local, ou mesmo praticantes de Enduro, que têm trilhas mapeadas da região. A própria integridade da área do Jardim Botânico está comprometida, pois a presença de posseiros é rotineira e cada vez que são expulsos voltam a ocupar áreas do jardim.

Mesmo dentro da cidade, não é tarefa fácil manter uma área verde, lembra o administrador do Parque da

Cidade, Caranambu Bessa. Segundo ele, existem três tipos de problemas enfrentados: "São os pichadores, os depredadores e os sujadores". Entre os representantes da primeira categoria encontram-se inclusive alguns candidatos que durante suas campanhas não demonstraram muita preocupação com a preservação do parque, que é, de acordo com Caranambu Bessa, a maior área de lazer da América Latina, com nada menos que 4,2 milhões de metros quadrados.

Na segunda categoria estão os que fazem uso das churrasqueiras, não se utilizando das latas de lixo, sobrecarregando os 56 funcionários do Parque da Cidade durante toda a semana. Além disso, afirma Bessa, há mora-

dores das imediações que despejam lixo doméstico no parque sem ensacar. Na terceira categoria estão os frequentadores que destroem as poucas instalações do parque, principalmente bebedouros que são mais caros e de difícil reposição. Bessa foi obrigado a instalar no parque uma central de restos de materiais de construção, onde são improvisados os principais equipamentos do parque.

Esses pequenos exemplos do dia-a-dia ambiental da capital do país se reproduzem naturalmente, com suas peculiaridades, em cada rincão e justificam, no seu conjunto, a preocupação dos constituintes em que, a nível constitucional, se fixem regras em defesa do homem brasileiro e do meio ambiente.

## Um deputado "maduro" faz a defesa do verde

"Seja maduro, defenda o verde". Este é o slogan defendido pelo deputado Fábio Feldmann, do PMDB de São Paulo. O parlamentar tem polarizado os esforços em prol da defesa do meio ambiente na Assembléia Nacional Constituinte, sendo, sem dúvida, o principal coordenador da Frente Verde. Segundo Fábio Feldmann, a Frente procura arregimentar parlamentares de diversos partidos em torno das propostas ambientalistas.

As propostas constantes do anteprojeto da Comissão de Sistematização, para Fábio Feldmann, se forem mantidas, darão para o Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo na questão ambientalista. Feldmann arrisca dizer, inclusive, que esses artigos servirão de matriz para outros países, além, é claro, de garantir um futuro melhor para o nosso país.

Fábio Feldmann considera importante que seja revisto o conceito de desenvolvimento hoje em vigor no Brasil. Para ele, atualmente o que se verifica é um uso das potencialidades, em termos de recursos naturais com um custo social e ecológico que será transferido para o amanhã, não muito distante. O atual conceito, nas palavras de Feldmann, inviabiliza o crescimento econômico com uma respectiva melhora da qualidade de vida.

Essa modificação encontra apoio no relatório apresentado em abril último pela World Commission on Environment and Development (criada pelas Nações Unidas em 1984), em Londres. Segundo o relatório, fica provado, para Fábio Feldmann, que "hoje as nações desenvolvidas têm plena consciência de que não podem continuar crescendo ou manter sua opulência às custas do envolvimento externo dos países em desenvolvimento, pois estes se vêem obrigados a acelerar a devastação de seus recursos naturais e a poluir seu meio ambiente, gerando, dessa forma, o auto-extermínio coletivo e a multiplicação de miséria, o que acabará vitimando os países credores, a médio prazo, com as mesmas consequências". Além disso afirma o parlamentar, este relatório está sendo encaminhado à Assembléia Geral das Nações Unidas deste ano como fruto da mobilização da opinião pública mundial em torno da necessidade de fazer do desenvolvimento um propulsor da conservação ambiental, uma vez que à luz da ciência e da economia modernas, a humanidade não terá futuro nenhum se não fizer do crescimento econômico a base da proteção à flora e fauna silvestres, da diversidade biológica e de todos os outros elementos que asseguram a sobrevivência dos povos.

Aliás, ainda com referência às Nações Unidas, este ano completam-se 15 anos da conferência O Homem e a Biosfera, promovida pela ONU em Estocolmo. Na época, o governo brasileiro adotou uma posição hoje questionável, de que a maior poluição era a miséria

sem controle e que o país optaria pelo amplo desenvolvimento. A miséria não teve o seu perfil muito alterado nestes 15 anos e o saldo dessa política desenvolvimentista pode ser sentido em exemplos fúnebres como Cubatão e a devastação promovida em todos os reductos ecológicos do país, assegura Fábio Feldmann. "Cabe à Constituinte resgatar o país de sua postura autodestrutiva da conferência de Estocolmo".

Um dos pontos defendidos também pelo parlamentar paulista para que a visão de desenvolvimento seja modificada é assegurar através da nova Constituição a legitimidade processual das pessoas físicas e entidades cujos fins institucionais sejam a defesa dos interesses difusos, garantindo a formação de jurisprudência que assegure concretamente o respeito aos direitos básicos. "Somente um Judiciário atuante — assegura Fábio Feldmann — irá garantir a manutenção de um ambiente sadio e equilibrado".

Fábio Feldmann, dessa forma, acredita que se impõe, como exigência social da maior relevância, a instituição dos delitos ambientais, já que é inaceitável a conduta de pessoas e instituições que, mesmo cientes dos riscos a que submetem populações inteiras, ainda assim, assumem práticas genocidas. O parlamentar citou inclusive o exemplo da multinacional Rhodia, que lançou em aterros clandestinos, na Baixada Santista, o pentaclorofenol (Pó-da-China).

Em resumo, Fábio Feldmann acha que somente haverá desenvolvimento se os processos a ele inerentes forem associados à conservação dos recursos naturais vivos e inanimados, atendendo a três finalidades específicas: manutenção dos processos ecológicos e dos sistemas vitais essenciais; preservação da diversidade genética; garantia do aproveitamento perene das espécies e do ecossistema. Particularmente, neste momento, em que o crescimento demográfico implica maior pressão sobre os recursos naturais, para suprir as necessidades da alimentação de milhões de seres humanos.

Mas, e a questão ambiental deve ficar restrita a um Partido Verde ou estar disseminada por todos os partidos — indagou o parlamentar ao lembrar a existência da Frente Verde na Constituinte, que se tem mobilizado para verificar a realidade da questão em cada região. A Frente é suprapartidária, entretanto, após a aprovação da nova Carta, Fábio Feldmann acredita que a realidade partidária do país será profundamente modificada e o Partido Verde poderá surgir no plano político. Mais importante, contudo, o constituinte prevê que uma nova prática política deverá surgir, ou seja, "novos atores precisam surgir no cenário político, desempenhando papéis diferentes, sem conchavos ou discursos eloquentes e vazios", conclui Fábio Feldmann.

Humberto Martins